



DEPARTAMENTO DE
MEIO AMBIENTE
DE TRAVESSEIRO

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO Nº 004/2023

O Município de Travesseiro/RS, inscrito no CNPJ sob o nº 94.706.124/0001-30, instituído pela Lei Estadual nº 9.596/92, através do **DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE (DMA)**, no uso de suas atribuições que lhe confere as Resoluções do CONSEMA nº 041/03 e nº 372/18, baseado na Constituição Federal do Brasil, na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, na Lei Federal nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274/90, na Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA nº 237/97, nas Leis Estaduais nos nº 9.519/92 e nº 11.520/00, na Lei Municipal nº 722/06, e com base nos autos dos **Processos Administrativos nº 1.317/2021 e 729/2023**, expede a presente Licença Ambiental de Operação, que autoriza:

I – IDENTIFICAÇÃO:

EMPREENDEDORES: **MARCELO SPIECKER E LIDIANE PROVENSÍ SPIECKER**

CPF: 761.193.510-00 E 941.192.100-0

ENDEREÇO: LOCALIDADE DE LINHA SÃO JOÃO (ALTO), S/Nº, PERÍMETRO RURAL

MUNICÍPIO: TRAVESSEIRO-RS

CEP: 95.948-000

A PROMOVER A OPERAÇÃO RELATIVA À ATIVIDADE DE: **CRIAÇÃO DE AVES DE CORTE**

RAMO DE ATIVIDADE: **112,11**

Nº GALPÕES: **02**

ÁREA CONSTRUÍDA: **3.696,00m²**

CAPACIDADE: **70.000 ANIMAIS**

MEDIDA DE PORTE: **GRANDE**

POTENCIAL POLUIDOR: **MÉDIO**

REGISTRO NO CAR: **RS-4321626-98C3.7E24.20F1.4D51.993E.CAD7.0053.9094**

COORDENADAS GEOGRÁFICAS: **Lat. - 29°14'47.5" S; Long. - 52°08'38,8" O**

II – CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES:

Este documento substitui a LO nº 050/2021

1. Quanto à infraestrutura e condições do empreendimento

1.1. A atividade é de Criação de AVES DE CORTE e apresenta capacidade de alojamento para 70.000 (setenta mil) aves alojadas em 2 (dois) galpões aviários com área total de 3.696,00 m²;

1.2. A produção de dejetos deverá ocorrer sobre cama;

1.3. Esta Licença não permite a ampliação de área construída;

1.4. A vegetação espontânea no entorno das estruturas produtivas deverá ser mantida sempre controlada (rente ao solo).

2. Quanto ao manejo dos resíduos

2.1. Não poderão ser lançados resíduos em nenhum tipo de corpo hídrico, mesmo que efêmero;

2.2. Manter as instalações e seu entorno sempre limpos, evitando entulhos e acúmulo de resíduos, bem como acondicionar

corretamente as embalagens de agrotóxicos e medicamentos;

2.3. As telas e muretas de contenção deverão ser constantemente supervisionadas a fim de evitar extravasamentos de cama aviária para fora das estruturas produtivas;

2.4. O empreendedor deverá adotar medidas técnico-preventivas para manter o controle das moscas e de outros vetores no entorno e no interior das instalações;

2.5. Utilizar sempre os procedimentos técnicos que evitem a propagação de odores, e a proliferação de vetores;

2.6. Os animais mortos deverão ser descartados, assim que retirados do aviário, na composteira, específica para esta finalidade;

2.7. O sistema de compostagem deverá ser monitorado constantemente buscando sempre o correto equilíbrio entre matéria úmida e seca;

2.8. Não poderá haver queima de quaisquer resíduos/embalagens na área do empreendimento.

3. Quanto às características da aplicação e área de aplicação dos dejetos

3.1. As áreas agrícolas de aplicação dos resíduos devem situar-se a uma distância mínima de 50 metros dos corpos hídricos naturais, mesmo que efêmeros, bem como das habitações vizinhas e das margens das estradas;

3.2. Aplicar em solos com uma boa drenagem interna, não sujeita a inundações periódicas, preferentemente com textura média e profundidade superior a 0,5 metros;

3.3. O lençol freático deverá estar no mínimo, a 1,5 metros da superfície do solo, na situação crítica de maior precipitação pluviométrica;

3.4. Os equipamentos de coleta e transporte dos resíduos deverão ser dotados de dispositivos que impeçam a perda de material.

4. Outras condições

4.1. O armazenamento de combustíveis, produtos agroquímicos e veterinários, deverá atender às recomendações técnicas observadas as exigências dos setores de saúde, agricultura e meio ambiente de acordo com normas técnicas da ABNT nº: NBR nº 9843/87, NB 1183/88, Lei Est. 9921/93, Decreto Est. 38356/98;

4.2. Conservar e promover a recuperação das formações vegetais em torno dos cursos d'água, nas áreas com declividade igual ou superior à 45°, nos topos de morro, numa distância de no mínimo 50 (cinquenta) metros das nascentes e, outras restrições das Leis: Federal nº 12.651/2012 (Código Florestal Federal) 9.519/1992 (Código Florestal Estadual) e demais Resoluções n.º 302 e 303/02 – CONAMA;

4.3. O empreendedor, em conformidade com a Recomendação Consema 07/2020, deverá providenciar a substituição gradual dos exemplares de *Hovenia dulcis* (Uva Japonesa) utilizados como cortinamento vegetal no empreendimento. O prazo para a substituição total é de 10 (dez) anos. Nos primeiros 3 (três) anos deverão ser substituídos no mínimo 30% dos exemplares;

4.4. Havendo Áreas de Preservação Permanente – APP no local, importa salientar que, a regra geral é a intocabilidade destas, o que ocasiona restrições ao direito de uso e gozo do proprietário do imóvel que esteja inserido em APP. Assim, não é permitida qualquer intervenção na área, salvo os casos de utilidade pública e/ou interesse social, e/ou baixo impacto, previstos no artigo 3º, VIII, IX, X, combinado com o artigo 8º da Lei Federal nº 12.651, de 25/05/2012, devidamente regrada em Licenciamento;

4.5. O responsável técnico pelo processo de licenciamento ambiental do empreendimento é o Técnico Agrícola em Agropecuária Augusto Felipe Essig, CFTA: 83587462020, Termo de Responsabilidade Técnica - TRT BR20210909078.

5. Com vistas à renovação da licença de operação deverá ser apresentado

5.1. Requerimento solicitando a renovação da Licença de Operação;

5.2. Formulário para Licenciamento Ambiental devidamente preenchido;

5.3. Cópia da Licença de Operação em vigor;

5.4. Declaração do responsável técnico informando que a unidade licenciada permanece inalterada;

5.5. Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do responsável pelas informações técnicas pelo projeto e execução do sistema de manejo dos resíduos e orientações de disposição dos resíduos em solo;

5.6. Recibo de inscrição do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural – CAR;

5.7. Croqui de situação e localização detalhado do local do empreendimento;

5.8. Cópia da matrícula do imóvel atualizada (até 90 dias) e documento de vínculo entre requerente e proprietário (caso se aplique);

5.9. Relatório de acompanhamento e cronograma de execução comprovando a substituição dos exemplares de Uva Japonesa – *Hovenia dulcis*.

Havendo alteração nos atos constitutivos, cópia da mesma deverá ser apresentada, imediatamente, ao DMA, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciado

por este documento.

Qualquer alteração na representação do empreendedor ou alteração do endereço para recebimento de correspondência do DMA deverá ser imediatamente informada à mesma.

Caso ocorra descumprimento das condições e restrições desta licença, o empreendedor estará sujeito às penalidades previstas em Lei.

Esta Licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais.

Data de emissão: Travesseiro/RS, 14 de junho de 2023.

Este documento licenciatório é válido até a data de 18/10/2025, porém, caso algum prazo estabelecido nesta licença for descumprido, automaticamente esta perderá sua validade. Este documento também perderá a validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade.

A renovação desta licença deverá ser solicitada num prazo mínimo de até 120 dias antes de seu vencimento, conforme Art. 14 § 4.º da Lei Complementar N° 140, de 08/12/2011.

CHRYSYIAN ESTÊVAM QUINOT

Coordenador do DMA

Agente Administrativo

Eng.º Ambiental

CREA/RS 210292

GILMAR LUIZ SOUTHER

Prefeito Municipal